



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1568/07	DATA: 20/09/2007
INÍCIO: 10h49min	TÉRMINO: 12h20min	DURAÇÃO: 01h31min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h31min	PÁGINAS: 31	QUARTOS: 17

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Discussão acerca do sistema carcerário no País.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que tem a finalidade de investigar a realidade do sistema carcerário brasileiro.

Indago aos Srs. Parlamentares se foi distribuída cópia da ata da 7ª reunião.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, requeiro a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dispensada a leitura da ata.

Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

O Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Informo também os Srs. Parlamentares que o Deputado Bruno Rodrigues, Primeiro Vice-Presidente desta Comissão, na sessão anterior, enviou um requerimento a esta Comissão comunicando seu afastamento, para tratamento médico, até o dia 28 de setembro. Então, informo aos Srs. Parlamentares que ausência do Deputado Bruno Rodrigues, do PSDB, que é o Primeiro Vice-Presidente desta Comissão, se dá por esses fatos.

Na Ordem do Dia, temos alguns requerimentos que estão na pauta de nossa votação. Daremos prosseguimento também à conclusão da votação do Requerimento n.º 51, do Sr. Deputado Dr. Talmir, pois que na reunião ordinária passada não foi possível concluir o processo de votação. Portanto, vamos dar continuidade à votação desse requerimento e, por isso, estabelecemos que ele estivesse novamente na pauta para que nós pudéssemos deferir a respeito do mesmo.

Então, em pauta o requerimento n.º 51, do Deputado Dr. Talmir. Foram distribuídas cópias.

Em discussão o requerimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, tão somente para restabelecer aqui a normalidade dos trabalhos, eu gostaria de consignar ao Deputado Dr. Talmir que, na última votação desse requerimento, tivemos um embate



sobre a oportunidade ou não. Enfim, eu acho que todos estavam de boa fé, mas para que fique esse registro. Sou favorável ao requerimento e peço escusas se qualquer mal entendido pairou no ar naquele dia, quando todos queríamos, na verdade, alguma coisa, mas acho que ninguém soube se expressar adequadamente. Só faço esse registro: sou favorável ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, acho importante votar favoravelmente ao requerimento, mas seria importante que pudéssemos ouvir todos os Secretários de Administração Penitenciária. Nós tivemos aqui o representante do DEPEN, que trouxe aqueles dados. Mas alguns dados dizem respeito ao Secretário de Administração Penitenciária: questão da corrupção, do afastamento de agentes penitenciários corruptos.

Diante de todo esse envolvimento, seria importante que aproveitássemos esse requerimento e, aí, faríamos um dia um grande seminário — se não der para todo mundo, divide-se por região. Seria importante que tivéssemos a palavra dos Secretários de Administração Penitenciários de cada Estado.

Aproveito para elogiar o Deputado Dr. Talmir por ter essa preocupação, mas que possamos ampliar, trazendo todos os Secretários, para que eles tragam a nós a realidade. Precisamos confrontá-la depois com os dados que o DEPEN e o sistema penitenciário trouxeram. Isso é muito importante para que, de fato, a realidade do sistema penitenciário possa aparecer.

O SR. DEPUTADO DR. TALMIR - Considero importante a argumentação do Deputado Luiz Couto. Entendi que a Mesa havia programado ouvir todos os Secretários dos diferentes Estados do País. Isso, é claro, dentro de uma programação previamente estabelecida. Entendo que seja um momento diferente, ou no seminário, conforme a Presidência designar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Concedo a palavra ao Deputado Felipe Bornier.

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Já apresentamos um requerimento aqui, inclusive foi incluído o Rio de Janeiro, e gostaria de sugerir que fosse no mesmo dia, para que possamos ouvi-los.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, só para ganharmos tempo, aprovamos o requerimento de visitas a 12 Estados. Já no final desta audiência, vamos apresentar uma agenda, as próximas 3 datas da agenda. Já estão listados 14 Estados para convidarmos os Secretários. E vamos apresentar, oportunamente, a agenda desses Estados, de tal forma que possamos aproveitar da melhor forma. Havia uma idéia inicial de chamar aqui 6 Estados e já vimos que é impraticável a partir da audiência com o DEPEN. Talvez tenhamos que dividir e trazer 3 Estados por região ou fazer híbrido. Mas já está garantido que vamos chamar, no mínimo, 2 ou 3 Estados, e o Plenário da Comissão é soberano para decidir se chama outros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa*)

Aprovado o requerimento do Deputado Dr. Talmir.

Temos em pauta também o Requerimento n.º 53, dos Deputados Iriny Lopes e Domingos Dutra, que solicitam a esta Presidência providências em relação ao sistema prisional do Estado do Espírito Santo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, peço para retirá-lo. Estou sendo solidário ao requerimento da Deputada Iriny, mas é preciso conversarmos, para poder discriminar melhor o seu objetivo, porque está muito genérico. Como já há algumas atividades para o Espírito Santo, eu sugiro que o retiremos de pauta. Na segunda-feira eu conversarei com a Deputada Iriny, para podermos especificar melhor o objeto do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Retirado de pauta por solicitação de um dos autores do requerimento.

Item 2 da pauta. Requerimento n.º 69, dos Deputados Carlos Sampaio e Willian Woo, que solicitam convocação, na qualidade de testemunha, do Sr. Carlos Alberto Nascimento, Presidente do SINDPOC, Sindicato dos Policiais Civis da Bahia.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Sampaio, autor do requerimento.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, a razão se justifica no próprio corpo da solicitação, ou seja, preside um sindicato importante e nós estamos buscando informações das mais variadas ordens, do DEPEN, dos Ministérios, das Secretarias e achamos importante também ouvir os sindicatos. Daí a razão desse nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Item 3 da pauta. Requerimento n.º 70, de 2007, do Deputado Domingos Dutra, que solicita seja convidado para prestar esclarecimentos em audiência na CPI o Sr. José Noronha de Carvalho, Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.

Concedo a palavra ao autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, um dos itens da CPI é justamente avaliarmos a saúde no sistema carcerário. Há um requerimento, que está suspenso, de convidar aqui o Ministro da Saúde. Houve um acordo de que essas autoridades políticas, avaliaríamos mais à frente a conveniência ou não.

A informação que temos é que o Dr. José Noronha de Carvalho é quem, realmente, tem um trabalho muito bom nesta área. Portanto, o requerimento é para convidar aqui esse médico, que tem trabalhos publicados e pesquisas feitas. Numa outra oportunidade avaliaremos se há necessidade de chamarmos outras autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em discussão.

Encerrada a discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.



Item 4 da pauta. Requerimento n.º 71, do Deputado Domingos Dutra, que solicita seja convocado para prestarem esclarecimentos em audiência desta CPI o Sr. Drauzio Varella, médico cancerologista e professor.

Com a palavra o Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Sr. Presidente, antes de o Deputado falar — já conversei com o Deputado Domingos Dutra —, tenho o mesmo requerimento na pauta, de n.º 9. Então, gostaria de pedir que tivesse a sua tramitação em conjunto, até para que ganhássemos tempo. Trata do mesmo assunto e da mesma convocação.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tenho plena concordância. O Dr. Drauzio Varella também tem trabalho na área de saúde, tem livro publicado sobre a estação Carandiru, portanto, sou favorável que sejam apreciados os requerimentos em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, em pauta o Requerimento 71 e o Requerimento 76, dos Deputados Felipe Bornier e Domingos Dutra, que solicitam seja convidado para estar conosco nesta Comissão o Dr. Drauzio Varella.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Item 5 da pauta. Requerimento n.º 72, do Deputado Domingos Dutra, que solicita seja convidado para prestar esclarecimento à CPI o ator e escritor Amilton Borges dos Santos, coordenador do Projeto Cultura Intramuros, realizado no Complexo Penitenciário Lemos de Brito, na Bahia.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, o Dr. Amilton Borges dos Santos tem uma atuação exemplar na questão cultural junto às penitenciárias, principalmente no Estado da Bahia. Esse é também um aspecto que a CPI pode examinar e também sugerir. Portanto, acho que ele pode ajudar a



Comissão a compreender como se dá essa questão da cultura no interior dos presídios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em discussão o requerimento.

Encerrada a discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado o requerimento do Deputado Domingos Dutra.

Item 6 da pauta. Requerimento n.º 73, do Deputado Domingos Dutra, que solicita seja convidado a prestar esclarecimento em audiência na CPI o Sr. Augusto Pinto Boal, diretor, ator e teórico do teatro.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O autor é devidamente conhecido. Tem uma atividade cultural voltada para os oprimidos. Achamos também que ele pode contribuir com a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em discussão.

Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nós poderíamos fazer um grande evento. Tem muita gente escrevendo sobre o sistema penitenciário. O jornalista Percival de Souza é um que escreve sobre o sindicato do crime. Poderíamos fazer a leitura de quem está fora do presídio e consegue captar a realidade e transformar isso em peça de teatro, em filmes e em livros. Seria importante que tivéssemos isso aqui. É uma leitura de quem tem uma visão muitas vezes não tão apaixonada, porque está no dia-a-dia, mas que traz uma realidade. Acho importante esse requerimento, porque vai juntar um dia para que tenhamos as diversas leituras e como isso se expressa através da arte, da literatura, do cinema, da música. É importante isso aqui.

Quero parabenizar o Deputado Domingos Dutra por apresentar essa visão, porque muitas vezes nossa leitura era muito seca, e isso traz uma realidade importante. Então, parabenizo S.Exa. e voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, em votação.



Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 7 da pauta.

O Deputado Domingos Dutra "solicita seja convidado a prestar esclarecimento em audiência da CPI o Sr. Ariel de Castro Alves, membro titular do CONANDA — Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, representando o Movimento Nacional de Direitos Humanos, do qual é Coordenador de Relações Internacionais".

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, no nosso organograma ficou estabelecido que esta Comissão deve ouvir a sociedade civil, as entidades que trabalham no sistema carcerário. O Movimento Nacional de Direitos Humanos é uma delas. E o Dr. Ariel de Castro Alves, além de representar o Movimento Nacional de Direitos Humanos, de uma forma bem ampla, realiza um excelente trabalho com os adolescentes. Dessa forma, acho que o mesmo poderá nos ajudar nessa problemática tão complexa que é o sistema carcerário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 8 da pauta.

O Deputado Domingos Dutra, no Requerimento nº 75, "solicita realização de visitas por esta CPI ao Complexo Penitenciário de Brasília, bem como à Penitenciária Feminina do Distrito Federal, em data a ser definida por esta Comissão".

Em discussão o requerimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, acho que, como o Complexo Penitenciário de Brasília está bem próximo da Comissão, a visita a ele pode ser a primeira a ser realizada. Nós inclusive já estamos sugerindo que seja realizada no dia 9 de outubro. Acho que é sem custo, já que estamos enfrentando



aqui um problema de custo para a Comissão poder funcionar, e considero que é a primeira abordagem externa desta Comissão.

Por isso, solicito a aprovação do requerimento, já com uma sugestão de agenda para o dia 9 de outubro, de tal forma que até as autoridades que cuidam do sistema já fiquem previamente sabendo que no dia 9 de outubro a CPI visitará o Complexo Penitenciário do GDF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O item 9 da pauta já foi aprovado, em votação conjunta com o requerimento do Deputado Domingos Dutra.

Informo aos Srs. Parlamentares que na próxima terça-feira vamos realizar audiência pública às 10 horas aqui na Câmara dos Deputados, para debater experiências exitosas e possíveis soluções para o sistema carcerário. Ouviremos o Dr. Adeildo Nunes, Juiz da Vara de Execuções Penais de Recife, Presidente do Instituto Brasileiro de Execução Penal. Também estará conosco o Dr. Roberto Porto, Promotor de Justiça do Estado de São Paulo, designado para o GAECO — Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado e autor do livro *Crime Organizado e Sistema Prisional*. Também ouviremos o Dr. Francisco Galindo, Presidente da 29ª Subseção da OAB/SP, sediada na cidade de Presidente Prudente.

A audiência será realizada na próxima terça-feira, a partir das 10 horas, na Câmara dos Deputados. O local ainda será informado pela Secretaria desta Comissão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, acho que seria conveniente já informarmos à Comissão as 3 datas que estão previstas, porque no dia 27, que é a próxima quinta, a agenda que estamos propondo é ouvir, de forma reservada, a Inteligência tanto do sistema penitenciário quanto da Polícia Federal,



além de 2 estudiosos que foram citados pelo DEPEN e que conhecem o funcionamento das organizações criminosas. E, no dia 9, a sugestão é fazer a visita ao sistema aqui de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A audiência também do dia 27 já está confirmada. Na ocasião, vamos realizar reunião reservada com os Parlamentares e representantes das polícias que fazem o trabalho de inteligência dentro do sistema prisional brasileiro.

Esse assunto é extremamente importante e delicado, daí o motivo de a sessão ser reservada, para que possamos discutir, debater e ter acesso a alguns trabalhos que já estão sendo desenvolvidos dentro do sistema prisional brasileiro, por intermédio do serviço de inteligência das instituições responsáveis por essa ação.

Informo também aos Srs. Parlamentares que há várias sugestões feitas por meio de requerimento a esta Comissão, como, por exemplo, a feita pelo Deputado Luiz Couto. Temos intenção, Deputado Luiz Couto, de, no decorrer dos trabalhos desta Comissão, fazer uma programação e, quem sabe, até fazer uma exposição de trabalhos relacionados ao sistema prisional. Pretendemos convidar autores de diversos livros, de obras, alunos que têm defendido teses de mestrado e doutorado sobre esse tema nas diversas faculdades, filmes, peças teatrais. Quem sabe fazer aqui um dia voltado para a atuação no sistema carcerário brasileiro, com exposição de obras de artes feitas até dentro próprio sistema, trabalhos desenvolvidos pelos presos e exposição de livros, de peças literárias que estejam focadas na questão do sistema carcerário brasileiro. Será uma oportunidade para que não só os Parlamentares desta Comissão, mas a sociedade em geral tenha acesso aos diversos trabalhos que estão sendo realizados dentro dos presídios brasileiros, e os livros que foram escritos com certeza poderão contribuir para que possamos ter uma opinião formada a respeito do problema carcerário no Brasil.

Não havendo...

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Deputado Ayrton Xerez.



O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Sr. Presidente, quero primeiro me congratular com a Mesa desta CPI e com sua assessoria pela ótima cenografia que produziu, pela logomarca que criou e que é realmente muito instigante, muito convidativa. Acho que esta CPI, pela sua importância, está merecendo divulgação. Parece que nós ainda não atingimos esse nível de temperatura, o que certamente ocorrerá. De qualquer maneira quero exortar nossos companheiros e V.Exa., Presidente, no sentido de que essa divulgação, sobretudo nos corredores, seja ainda mais exibida, de modo a trazer mais interessados para o debate desse tema.

Continuo apoiando integralmente as propostas do Relator Domingos Dutra. Estamos com uma universidade aqui, tendo em conta as pessoas que trarão para cá seus depoimentos. Quero ir aos presídios de Brasília também, claro, com V.Exa.

Sr. Presidente, acho que a audiência pública com o DEPEN foi muito interessante, mas se V.Exa. me permitir, quero dar uma sugestão, até porque parece que o ibope, a presença não tem sido muito grande. Com a forma de os Deputados questionarem os depoentes em bloco perde-se muito, porque as perguntas tendem a se banalizar. O ser humano recebe 50 quesitos, de 6 ou 7 pessoas, ele fica atarantado, já está um pouco, porque está numa CPI, e ele vai perdendo o foco e acaba diluindo o conteúdo a que certas perguntas podem levar.

Então, mesmo que em prejuízo do tempo — aí V.Exa. definiria o tempo, ficaríamos atrelados a ele — que a pergunta fosse feita inclusive em estilo bate, rebate, porque às vezes a forma de responder intui a verdadeira significância daquela resposta, mais do que a própria verbalização.

Já sabemos que terça-feira teremos uma audiência às 10 horas. Agradeço, mas, para finalizar esta breve intervenção, quero consultar V.Exa. e os senhores da Mesa, nossa assessoria, se tramita alguma proposta, de que ouvi falar, mas não vi por escrito, algum requerimento no sentido de que esta CPI enverede por missões no exterior, de modo a conhecer sistemas prisionais de além-mar. Há essa proposição?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Existe proposta.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Por escrito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Existe proposta nesta Comissão para que possamos conhecer experiências exitosas no Brasil e fora dele.



A respeito do assunto, informo aos Srs. Parlamentares, como já fiz em reunião que realizei ontem com a Secretaria desta Comissão, que eu, Deputado Neucimar Fraga, estarei na Itália no período do dia 4 a 12 de outubro, por conta própria, com recursos meus, com hotel pago por minha conta, em uma missão, visitando uma feira de granito, na cidade de Verona, na Itália, a convite da Federação das Indústrias do meu Estado.

Ontem indaguei a esta Comissão se, aproveitando minha viagem, eu poderia fazer uma visita oficial a um sistema prisional da Itália. Conversando com esta Comissão, solicitei que a Mesa fizesse uma consulta à Embaixada da Itália para indicar qual seria o presídio da região mais adequado para fazer essa visita, tendo em vista que a Itália tem experiências exitosas na área do sistema carcerário, principalmente após a Operação Mãos Limpas.

Indaguei também a esta Comissão, à Secretaria da Comissão, caso a Embaixada da Itália dê resposta positiva de que existe realmente presídio naquela região que possa ser visitado, sobre a possibilidade de nós incluirmos mais 1 ou 2 Parlamentares para participarem também dessa visita, para que o Presidente não vá sozinho. Eu vou por conta própria, sem despesa para a Câmara e para o Erário.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Parabenizo V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas solicitei, caso a Embaixada confirme, se houver tempo hábil para isso, a possibilidade de incluir mais 1 ou 2 Parlamentares, para que a visita tenha um caráter mais oficial. Estamos aguardando a resposta desta Comissão.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Parabenizo V.Exa., porque une o útil ao que já deve ser agradável, sem prejuízo ao Erário. E quero já de antemão pedir a V.Exa. que me inclua fora de qualquer viagem ao exterior com esse objetivo ridículo de conhecer sistemas prisionais pagos pela Câmara dos Deputados. Inclua-me fora, esqueçam-se de Ayrton Xerez. Eu não compactuo com isso, porque me pareceu extravagante, nociva essa idéia, além de treloucada. Eu ainda não vi isso no papel, mas queria já deixar minha posição para V.Exa. Uma coisa é como V.Exa. vai fazer, estou de pleno acordo, ou alguém que está em viagem, por exemplo, em lua-de-mel, interrompê-la e fazer uma visita a um presídio, parece-me, em benefício do Brasil, muito adequado. Agora, com o dinheiro da Câmara, o dinheiro público, o



Parlamentar se deslocar para outro continente, para visitar presídios, espera aí, com essa eu não concordo, já deixo aqui minha posição e faço um pedido: inclua-me, Sr. Presidente, mas fora dessa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só informando novamente ao Deputado Ayrton Xerez que não existe nenhum requerimento para criar essa Comissão. Solicitei que fizessem uma consulta à Embaixada da Itália, para que eu pudesse ser recebido de forma oficial, já que não vou em caráter oficial, vou por conta própria. E fiz também a consulta, caso houvesse uma resposta positiva da Embaixada, se esta Comissão poderia enviar mais 2 pessoas para acompanhar. Mas não há nenhum requerimento na Casa tratando do assunto.

Quero dizer também o seguinte: esta Comissão não trata como prejuízo ao Erário nenhuma visita e trabalho desta Comissão. Nós sabemos que existe missão oficial nesta Casa, Parlamentares que acompanham Ministro, Parlamentares que acompanham processo eleitoral em outros países, Parlamentares que vão visitar embaixadas em outros países, Parlamentares que viajam para assistir à posse de presidentes e de rainhas de outros países, e vejo que o assunto de que nós estamos tratando nesta Comissão é relevante para esta Comissão. Qualquer missão que for aprovada internamente no País ou fora dele não vejo como prejuízo.

Além do mais, quero informar aos Srs. Parlamentares que de todas as viagens que nós fizemos por esta Comissão até agora não fomos ressarcidos em nada pela Câmara. Inclusive o *banner* que está ali fui eu que paguei com meu dinheiro, porque a Câmara não disponibilizou nenhum recurso. Esta Comissão está trabalhando sem apoio financeiro nenhum da Câmara dos Deputados até agora. Em todas as viagens que fizemos, tivemos de pagar alimento por nossa conta, pagar hotel por nossa conta, pagar lanche para preso, pagar lanche para os depoentes, tudo com dinheiro e recurso próprio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E ainda ajudar a manter a Assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, estamos trabalhando dessa forma. Não vejo como prejuízo se, por acaso, tivermos de fazer



alguma visita fora do País para conhecer algum sistema, porque esse tipo de visita é feito por algumas outras Comissões Permanentes da Casa, são feitas constantemente e poderemos fazer sem prejuízo, porque acho que seria importante nós conhecermos. Eu conheço alguns sistemas. Conheci quando viajei para o Japão, para a China, para a Europa, para os Estados Unidos, por conta própria também, fora de missão especial com um fim específico, mas para conhecer e ter acesso a esse tipo de informação.

Caso esta Comissão entenda que seja necessário fazer alguma visita, o Parlamentar que for autor do requerimento e quiser fazer parte de qualquer Comissão aprovada, nós faremos também, sem entender que seja prejuízo, tendo em vista que outras viagens são feitas, nesta Câmara, por assessores da Câmara, por funcionários da Câmara e por Parlamentares da Câmara, sempre bancados pela Casa. E temos outras despesas que são feitas também pela Câmara dos Deputados que achamos que não são despesas que deveriam receber nenhum destaque em relação aos trabalhos feitos pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, essa é questão de foro íntimo. O Parlamentar que não se sentir bem em participar de uma missão, não só internamente como externamente, porque, às vezes, uma viagem para o Maranhão sai mais caro do que uma viagem para Paris. Uma viagem para o Pará... Só citando...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, não faça essa comparação com o Piauí, porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, mas é mais caro. Eu estou dizendo que uma viagem interna, no Brasil, é mais cara do que uma viagem ao exterior. Posso dizer não, posso afirmar que, hoje, uma viagem para qualquer região, Norte ou Nordeste do Brasil, a partir de um Estado de origem, é mais cara do que uma viagem para a Europa e para a América. Então, eu não vejo a diferença de deslocamento de custo internamente para a diferença de custo externo do País, caso haja necessidade de fazer alguma visita a alguma experiência que já existe em outros países.

E, se quisermos avançar nos trabalhos desta Comissão com o melhor que nós temos no mundo, temos de conhecer também algumas experiências que, acho,



poderão contribuir muito para o trabalho desta Comissão. Então, a respeito do assunto, essa é a explicação que eu quero dar aos Srs. Parlamentares.

Com a palavra o Deputado Luiz Couto, depois o Deputado Felipe Bornier. O Domingos Dutra tem a preferência como Relator, depois o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, estive, em junho, numa missão oficial, sem ônus para a Câmara, com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, visitando uma experiência na Itália, na Região de Lazio. É a região onde há um sistema penitenciário complexo, onde estão os terroristas, o pessoal da máfia e os traficantes internacionais. Tivemos oportunidade tanto de ir ao presídio, que é de segurança máxima, como também de ter uma conversa com o chefe do sistema penitenciário e com o Ministério da Justiça, que toma conta de todo o sistema penitenciário. É uma experiência em que a recuperação passa a ser... De cada 100 apenados que saem, 70 não retornam mais à atividade criminosa. Por quê? Porque é um trabalho de recuperação, de ressocialização, e a família também é integrada a esse processo.

Então, acho interessante. E também é um sistema que tem um controle social de uma organização que não é paga pelo Estado para fazer a tutela dos direitos humanos naquele sistema. Ou seja, é um sistema em que há segurança máxima, mas que tem a preocupação com a ressocialização, com a recuperação, porque a concepção é a de que a pena é a restrição da liberdade. O momento em que o preso está ali é para que ele possa se recuperar, porque, se ele é reincidente, o Estado vai gastar muito mais. Nesse sentido, a experiência da Região de Lazio talvez seja uma experiência que valha a pena V.Exa. conhecer. Vai ter que passar por todo um... Lá não tem esse negócio de ficar... O sistema de entrada — não entram nem telefone, nem câmera fotográfica, nem nada — é um sistema forte. E eu perguntei sobre o processo de recuperação. É uma equipe multidisciplinar, que trabalha com pedagogos, com médicos e enfermeiros, com psicólogo, psiquiatra. E uma coisa interessante: é um representante de cada religião do preso, porque, para eles, a espiritualidade é um elemento importante, também, na recuperação do preso. Então, eles acompanham. E há relatórios, que são feitos de forma sistemática. Eu perguntei: “E aqui há progressão de pena?”. Ele disse: “*Não, aqui nós fazemos*



análise. Quando, efetivamente, o preso demonstra que está mesmo recuperado, nós...”

Agora, há um fato que chama a atenção: quando o presídio começa a aparecer com uma superlotação... E superlotação é o seguinte: celas com 3. Se estiverem 4 na cela, já é considerada superlotação. E aí há um processo de anistia para que não aconteça a superlotação. Então, é interessante conhecer essa experiência lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Felipe Bornier.

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Eu queria fazer uma pergunta ao Sr. Presidente Neucimar Fraga: se já foi marcada a audiência com o Presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, para falar realmente das necessidades desta Comissão. Se não foi marcada por motivo de agenda, sugiro aos membros desta Comissão, após a audiência pública, irem até o Presidente para que realmente não precisem ficar mendigando por recursos. Devem falar da necessidade de participar e que, para participar, realmente é preciso de recursos. Então, é somente uma sugestão, para não ficarmos nessa dependência de agenda. Realmente, vamos nos juntar, nos unir, e vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Informo ao nobre Deputado que já foi solicitado por telefone e já foi oficializada ao Presidente a audiência com a CPI. Não conseguimos ainda. A orientação da Secretaria é que façamos campana lá na porta. Na hora em que ele chegar, marcar. Eu acredito que ninguém aqui tem tempo para ficar vigiando o Presidente, ver a hora em que ele entra para marcar a audiência, entendeu? Então, acho uma falta de respeito com esta Comissão. Nós já solicitamos por telefone e já oficializamos. Protocolamos o requerimento lá, solicitando a audiência. Acredito que a Presidência pode, sim, ter um horário para receber o Parlamentar, esta Comissão, porque, individualmente, quem sabe, poderemos fazer esse trabalho, mas seria bom a presença desta Comissão. Para que a Comissão esteja presente, é necessário que tenhamos um horário marcado, para que possamos marcar o compromisso com os Srs. Parlamentares. Cada um aqui trabalha em outras Comissões, tem atividades, tem a atividade de plenário. Então, já foi solicitado das 2 formas: solicitamos primeiramente



por telefone; depois, solicitamos por ofício essa audiência para discutir esse assunto relacionado à Casa.

Sabemos que o Presidente Arlindo Chinaglia tem trabalhado nesta Casa com muita austeridade, realmente, mas nós estamos trabalhando em uma Comissão Parlamentar de Inquérito, cujas atribuições vão até mais além do que as de algumas Comissões Permanentes. Não podemos funcionar sem a mesma estrutura de uma Permanente, porque nós temos algumas decisões que são rápidas e precisam ser tomadas de imediato para que possamos executar o nosso trabalho. Não dá para... Toda viagem, tem de pedir e esperar 15, 20 dias uma autorização, despesas da própria Comissão, cargos da Comissão. Para os Parlamentares terem idéia, todas as Comissões Permanentes têm os cargos de comissão, em que são contratados funcionários para ficarem à disposição. As CPIs também tinham, e foram cortados no último pacote de corte de cargos das Comissões.

Então, temos toda essa dificuldade para poder trabalhar. Não sei se a visão dos membros da Mesa Diretora da Câmara... Eles não conseguem alcançar a importância dos trabalhos desenvolvidos pelas Comissões Parlamentares de Inquérito.

No Senado, todas as Comissões Parlamentares de Inquérito têm um orçamento aprovado. O orçamento fica à disposição da CPI, e a CPI gasta de acordo com a necessidade, claro, dentro daquilo que estabelece o preceito da administração pública. E na Câmara foram cortadas praticamente todas as possibilidades de as Comissões Parlamentares de Inquérito trabalharem. Por quê? Porque fizeram um corte muito drástico em toda a estrutura de trabalho dessas Comissões.

O Deputado Domingos Dutra pediu a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, dialogando aqui com o Deputado Ayrton... Ele fez colocações bastante pertinentes, e eu selecionei 3 itens.

Primeiro, a questão da comunicação. Além dos instrumentos que a Câmara possui, como a *TV Câmara*, o *Jornal da Câmara*, é fundamental que a Comissão encontre forma de dar visibilidade a esse trabalho, porque eu acho que um dos ganhos que esta CPI pode ter para a sociedade é nós dialogarmos com a sociedade



que quem está preso não pode ser tratado pior do que os animais. Aliás, os animais dos fazendeiros, por exemplo, vivem mil vezes melhor não só do que os presos, mas do que os que estão fora. Se não dialogarmos com a sociedade que as pessoas que cometem delito, respondendo a processo legalmente, sendo condenadas, têm de ser tiradas da sociedade, mas não é para apodrecerem... Mas o Estado é que tem responsabilidade de cuidar deles e curar a doença que eles têm. Então, acho que a CPI não cumpre seu papel. Para isso, a imprensa é fundamental. Para que a CPI possa ter visibilidade, é preciso que a CPI tenha um jornalista à sua disposição. E, para ter um jornalista à disposição, é preciso que a Casa disponibilize a contratação.

Então, nesse sentido, é preciso reafirmar, ratificar a necessidade de o Presidente ouvir a Comissão, porque, pelo Regimento da Casa, ao criar a CPI, tem de ter estabelecido o orçamento para a CPI funcionar. E esta CPI só vai ter resultado também se nós radicalizarmos nas visitas.

Ouvir aqui depoimento é muito importante, mas mais importante do que ouvir é ver. Tenho certeza de que todos nós aqui não temos contato com essa realidade. Sou advogado há 24 anos, mas sempre me recusei a advogar no Direito Penal por uma questão de concepção, porque entendo que os que estão lá — a maioria — são pobres. E aqueles que foram vítimas também são pobres, principalmente quando se trata de homicídio.

Portanto, acho que, para termos visibilidade nesta Comissão, é preciso ter um jornalista à nossa disposição para articular o trabalho de imprensa. E para ter é preciso que a Presidência da Casa nos dê autonomia para contratar um jornalista para cuidar da imprensa.

O segundo item do Deputado Ayrton é com relação aos depoimentos. Eu acho que, na primeira audiência, passou muito mais como um seminário, onde o expositor fala a hora que quer.

Portanto, acho que temos, primeiro, de estabelecer um roteiro aqui, o tempo de cada Deputado e estimular os Deputados e os depoentes a responder objetivamente. Eu, pelo menos, tinha mais de 100 perguntas, mas abri mão para poder socializar com o Plenário. Mas reconheço que fui prejudicado por conta da liberalidade nas perguntas e nas respostas.



Portanto, acho que a orientação é estabelecer um roteiro, tempo para cada Deputado e também orientar o depoente para ele, em vez de fazer uma dissertação, responder objetivamente, até para facilitar o trabalho da assessoria de sintetizar.

Por último, sobre a questão das visitas externas, o que foi sugerido nesta Comissão e aprovado, e a Consultoria já está levantando, é: quais são os expositores internacionais que podem trazer experiência para cá, inclusive da ONU.

A ONU já fez vários trabalhos no Brasil, tem relatórios publicados e poderá nos dizer onde há experiências que podemos aproveitar. E também experiências fora. Eu não entendi bem se a repulsa ou a resistência do Deputado Ayrton é por economia ou se é porque o Deputado entende que experiências externas não possam ser aplicadas aqui. Defendo que devemos buscar experiências fora, até por conta... Já ouvi nos jornais que o Estado do Rio de Janeiro... o Governo Federal já esteve em Bogotá umas 3 vezes para ver as experiências de combate à criminalidade. E tratar do sistema carcerário está intimamente ligado à questão da criminalidade.

Portanto, eu defendo que se façam as visitas. Agora, evidentemente que não pode ser com extravagância. E, sendo um ato oficial, que o Poder Público pague as despesas. Eu, pelo menos, não tenho como ir... Não tenho condições de visitar fora, com meus recursos, e acho que não é justo. Nós estamos aqui numa missão pública. Nós temos de convencer todos. Se não convencermos, vamos ficar encarcerados neste plenário, fazendo reuniões só para nós.

Temos sentido algumas resistências. Não estou me apressando, mas a impressão que eu tenho é de que têm certas figuras públicas que não querem vincular sua imagem ao sistema carcerário, porque tratar de sistema carcerário é tratar de lixo humano. É lá que estão os mais pobres, famílias desestruturadas, pessoas que não têm renda, que não sabem ler nem escrever. Portanto, eu não quero colar minha imagem nesse segmento, porque lá está o lixo humano, e isso não pega bem para mim. Nós vamos até ver, Sr. Presidente, quantos Governadores, neste País, já visitaram uma penitenciária. Manda o Secretário, manda o Procurador, mas ele não vai lá, porque acha que vincular sua imagem a esse tipo de gente não pega bem. Nós temos de desmistificar isso. Eu acho que o papel desta CPI... Ela tem muitos papéis, mas um deles é este: tratarmos de quem está... E não é pouca



gente. Há quase 500 mil pessoas presas; portanto, 500 mil famílias, no mínimo. E há mais meio milhão de pessoas com mandado de prisão.

Portanto, acho que as visitas — se a Comissão achar que elas são produtivas, se tiver algum ganho para nós — devem ser feitas. Mas não há nenhum requerimento. É só uma sugestão. A Consultoria está pesquisando. Oportunamente, se tiver, a Relatoria informará à Comissão.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Sr. Presidente, como eu procuro ser muito conciso, muito sintético nas minhas breves intervenções, até para que outros possam fazer uso da palavra, muitas vezes não esgoto o assunto na sua totalidade. Nós estamos num projeto que é uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós não somos capazes, claro, até de imaginar qual será o prazo final que teremos para os nossos trabalhos. É muito ruim quando não conseguimos dimensionar o que temos a fazer, a nossa meta. E ainda não temos a capacidade de julgar se vamos atingir esses resultados. É humano. Isso é humano. Nenhum de nós pode dizer: esta CPI será um sucesso. Então, preocupa-me, diante da realidade carcerária brasileira, diante, até, da logomarca que foi sabiamente criada, em que vemos, em menos de 1 metro quadrado, 10 expressões de pavor, de angústia, que venhamos importar soluções. As soluções podem vir pela Internet, podem vir pelas revistas... Aliás, fotografia é uma coisa que circula com facilidade. As soluções nós até sabemos quais são. A dificuldade é implementar essas soluções por essas questões mesmo, Deputado Domingos Dutra, que V.Exa. trouxe agora. Não tem Governador que queira ir a presídio. Aliás, soube até que, alguns anos atrás, um Governador, se não me engano, do Estado de Goiás ou de Mato Grosso, ia numa grande vilegiatura, com dezenas de carros e aparatos, para a inauguração de um presídio. No meio do caminho, na estrada, ele recebeu a informação de que o presídio se sublevava. Sublevara-se. E, com medo do risco do imponderável, S.Exa. autorizou o retorno de toda a comitiva: carros, aviões e helicópteros. Não mais se inaugurou o presídio naquela oportunidade.

Ao mesmo tempo me recordo de que o Governador Carlos Lacerda, no Rio de Janeiro, uma vez entrou no presídio, nesse presídio que agora foi implodido, a penitenciária da Frei Caneca... Ele entrou no presídio e conversou com os presidiários, tirou o paletó, e acabou uma sublevação que já ocorria. Então...



Já vou concluir, Presidente. É só para dizer o seguinte: eu também não tenho condições financeiras para bancar minhas viagens ao exterior. Não tenho. Já viajei também pela Câmara dos Deputados. Agora, antes de conhecermos a nossa realidade e as soluções que devemos implementar em nosso País, me parece um pouco abstrusa a idéia de se fazer pesquisa no exterior. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Luiz Carlos Busato.

O SR. DEPUTADO DR. TALMIR - Sr. Presidente, quero fazer uma questão de ordem. Eu estou inscrito. Pedi ao Silvio a inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sim, sim. Deputado Dr. Talmir, V.Exa. tem a palavra; e em seguida, o Deputado Luiz Carlos Busato.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Por favor, só para concluir, Deputado.

Eu estava ouvindo atentamente o Deputado Ayrton Xerez. Concordo com ele em grau, gênero e número, quando diz que temos de dar mais notoriedade à nossa CPI, porque senão o nosso eco... a nossa voz não ecoa, fica só aqui dentro. E aí fica, verdadeiramente, uma CPI do Sistema Carcerário. Nós ficamos encarcerados aqui, nesse sentido. Então, realmente, temos de... E às vezes, Deputado William Woo, eu tenho até de concordar com o Deputado Domingos Dutra... De repente, temos de criar um fato, como ir lá fechar a cadeia, sugerir o fechamento da cadeia, para criar um fato, para que alguém preste atenção, porque depois... Senão nós ficamos aqui batendo no vazio e ninguém nos ouve, Presidente.

Também concordo, Deputado, que o nosso sistema de depoimento aqui tem de ser num bate-bola — pergunta e responde imediatamente —, até para que se possa inquirir melhor as pessoa que aqui vêm.

Deputado, eu sou arquiteto e fiz 2 cursos de pós-graduação. E toda a minha universidade de Arquitetura... Eu não sou do meio desse sistema que entende de legislação carcerária etc. e tal, mas fiz... Durante todos os cursos que fiz, o melhor aprendizado que tive foi viajando. Eu acho que a viagem, além de ser cultura, é conhecimento. E mais ainda: eu acho que não é despesa a viagem, porque muitas vezes nós ficamos fazendo experiências, tentando reinventar a roda, quando podemos encontrar exemplos já consagrados, testados fora do País. E não



podemos ter a pretensão de achar que nós temos aqui as melhores soluções do mundo.

Então, nesse sentido, eu acho que a viagem ao exterior, Deputado, nós não podemos encarar aqui como despesa. E nós temos, sim, de pedir, Deputado Domingos Dutra, Presidente Neucimar, que a Câmara pague as despesas. Se o Deputado Ayrton Xerez não quer ir, eu quero, porque acho que nós temos... Estamos aqui desempenhando, como o Deputado Domingos Dutra disse, um papel público, trabalhando pelo nosso País, pelas coisas do nosso País. E nós temos, sim, de... Não sei se devemos pedir ao Presidente ou ficar de plantão na porta do Presidente. Nós temos de solicitar uma audiência e solicitar que a nossa CPI tenha uma atenção melhor nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Informo aos Parlamentares que chegaram agora que esse assunto foi colocado na discussão. Nós já encerramos toda a discussão da Comissão sobre votação de requerimento... Estava encerrando, quando ao Deputado Ayrton Xerez fez uma indagação sobre essa possibilidade.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Muito boa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não estão na pauta desta reunião nenhum requerimento, nenhuma autorização, nenhuma solicitação para nenhuma viagem para fora do País, para conhecer experiências exitosas de presídios. Pelo contrário, nós só aprovamos até agora a ida para os Estados. Já fomos visitar algumas cadeias, em missão. Então, não é ponto de pauta. Eu acredito que nós deveríamos até encerrar essa discussão neste momento, a respeito desse assunto, porque não está na pauta, não é ponto de pauta, não existe solicitação. Quando entrar o requerimento para solicitar alguma visita, nós discutiremos o assunto. Eu acho que é irrelevante ficar discutindo esse assunto neste momento, porque não é ponto de pauta. Não existe nada sendo tratado nesta Comissão a respeito do assunto, neste momento, e também não tem nenhum requerimento nesse sentido, na Casa. Se porventura entrar algum requerimento, com certeza vamos abrir o debate para discutir a necessidade ou não.

Deputado Dr. Talmir.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, parece que a Ordem do Dia já começou. O sinal vermelho há muito tempo nos chama.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vamos só ouvir os Parlamentares que pediram a palavra: o Dr. Talmir; acho que o Deputado Arnaldo Faria de Sá também — não sei se quer usá-la; o Deputado William Woo. Depois vamos encerrar. Como não vamos votar nada — o que teria de ser votado já foi votado —, não há prejuízo em ficarmos aqui também ouvindo os Parlamentares, enquanto a Ordem do Dia se inicia.

Deputado Dr. Talmir.

O SR. DEPUTADO DR. TALMIR - Sr. Presidente, na audiência com o DEPEN houve um comentário sobre uma suposta autoflagelação, num jogo de cena de um presidiário.

Eu gostaria de saber se é regimental ou não, hoje, agora, já pedir que haja um relatório mais consistente por parte do DEPEN. Caso não for regimental, eu farei o requerimento nesse sentido, porque acho que é muito sério dizer que um preso se machucou etc. etc. Então, foi dito isso naquela audiência. Então, não foi feita uma avaliação naquela audiência, e hoje nós estamos votando requerimentos, mas é muito importante, porque isso aí é uma questão de direitos humanos. Então, eu gostaria de saber se é regimental. É a primeira pergunta. Porque, aí, eu nem faria mais o requerimento. Senão vou fazer o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu solicito a V.Exa. que faça o requerimento, solicitando ao DEPEN a identificação do preso supostamente citado aqui — não foi revelado o nome —, para que tenhamos acesso à informação.

O assunto tratado pelo Dr. Talmir é uma informação feita aqui em audiência. Claro que não foi objeto do debate, mas só informando as formas que muitas vezes os presos encontram para burlar a saída deles das cadeias. É um presídio de segurança máxima, e um preso se autoflagelou para tentar uma saída, ou ele já estava preparando uma fuga, o resgate para ele após a saída do presídio. Então, a informação foi passada de forma aleatória, mas se o Parlamentar entender que há necessidade de identificarmos e conhecermos esse caso, faça o requerimento. Nós vamos colocá-lo em pauta. É a melhor forma de tratarmos do assunto.



O SR. DEPUTADO DR. TALMIR - Sim, já está com minha assessoria para ser feito, então. E também gostaria que constasse no relatório, conforme pedido do Deputado Felipe Bornier, em relação à questão dos gastos, que já foi apresentado pela CPI ao Presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia. Foi feito por telefone, enviado um ofício, para que depois a gente não passe por medíocres nesse trabalho aqui da CPI. Então, eu peço hoje que conste no relatório que foi feito todo esse procedimento.

Agora, simplesmente para comentar em relação ao *banner*, achei que foi realmente muito bom e principalmente considerando que foi graciosamente da sua parte. Espero que no final desta CPI esse banner seja verde, de esperança — verde esperança.

O Deputado Domingos Dutra fez um comentário de maneira muito emotiva sobre a questão do lixo. Eu tenho um amigo que ficou preso, depois ele se casou na prisão, teve filho. E ele disse que fez da vida dele, que era um lixo, um luxo. E fala assim com muita tranquilidade. Então, acho que são experiências que existem, mas na maioria das vezes é um lixo realmente.

Agora, num tom um pouco ameno, talvez de brincadeira, eu gostaria de perguntar se o Presidente Neucimar Fraga e o Padre Luiz Couto, que viajaram por esses países e conheceram muitos presídios, conheceram o presídio de New York — e um deles foi desativado, hoje é um hotel —, se por acaso visitaram ou ficaram hospedados neles?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não. Nenhum dos dois.

O SR. DEPUTADO DR. TALMIR - Porque isso me faz lembrar minha campanha em Presidente Prudente, quando eu dizia que uma das vontades que eu tinha era desativar um presídio, para que fosse transformado em hotel, ou colégio agrícola — minha região é de vocação agropecuária —, ou, por que não, escola. E muitas pessoas estranhavam isso. Existem muitos sentenciados, e nós vamos chegar a esse levantamento, não é, Deputado Domingos Dutra? Agora, por que não haver também o desativamento de presídios? Fechar, como ele citou ali, quando existe já o caos! Mas é claro que se a gente trabalhar com a prevenção, para que as pessoas não sejam colocadas nas cadeias, nas prisões, por que não pensarmos também na desativação? Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado William Woo, depois o Deputado Arnaldo Faria de Sá. Está na solicitação feita anteriormente, Deputado.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Sr. Presidente, Neucimar Fraga, nosso Relator, Domingos Dutra, nosso Terceiro-Vice, Luiz Carlos Busato, primeiramente, eu não estava no momento, mas eu gostaria de registrar que, se eu estivesse, votaria contrariamente ao Requerimento nº 5.107. Gostaria que ficasse registrado meu voto contrário.

Foi mencionado aqui, mas não foi apresentado nenhum requerimento, sobre viagem internacional. Mas concordo plenamente com o Busato: conhecimento nunca é demais. O que me engrandece mais nesta Casa é a oportunidade que estou tendo de conhecimento. Hoje estou Deputado Federal, amanhã posso não estar, mas o conhecimento eu levo comigo. Todos sabem que um Vereador de São Paulo tem um orçamento de 600 mil reais, maior por ano, para pagar sua assessoria. Então, em termos de estrutura, um Vereador para vir Deputado Federal em Brasília, é muito menor. Mas acho que conhecimento a mais nunca é de menos. Concordo totalmente com o Busato.

Mas quanto à questão que estamos tratando, a gente sabe, na direção de uma casa que prevê muita economia e algumas ações, tivemos até algumas visitas que gastamos nas nossas passagens para fazer essas ações, e a conversa com o Presidente. Mas, o principal, eu vejo que a gente não conhece o quadro do País, ainda. Eu tenho certeza que cada um, no seu Estado, traz um exemplo de situação muito exitosa. Há muitos exemplos exitosos, como há os exemplos ruins no sistema carcerário. E devemos lembrar também que essas pessoas que estão presas, por mais que lá não seja um luxo, é um lixo, elas cometeram um crime.

Está faltando oportunidade neste País para aqueles que nunca cometeram crime nenhum e, antes de a gente pensar no sistema penitenciário, temos de saber, de forma bem clara, que estão faltando hoje no sistema 200 mil vagas, pelo menos em situação que tenha a metragem mínima para alguém estar preso. Faltam 200 mil vagas e, como foi abordado pelo Dr. Maurício Kuehne, isso representa um investimento de 6 bilhões de reais. É um desafio nosso primeiro criar a vaga. Se a criança tem que ir à escola, primeiro a gente tem que ter escola, depois discute a



metodologia e a aula que ela vai ter. Mas hoje não temos vaga para o sistema carcerário.

Venho novamente pedir que, primeiro, conheçamos o que ocorre no País. Várias viagens eu fiz sobre segurança pública, para aplicar a situação de segurança em nosso País, mas uma das coisas que influencia muito, talvez não na arquitetura, é a cultura. Como é que a gente pode fazer? Os brasileiros que estão presos em cadeias japonesas são proibidos de falar português; têm que falar em japonês, têm que fazer em pé e a ordem para todos que passam, não podem olhar para o carcereiro. Se a gente adotar essa cultura, que lá é normal, a sociedade entende que não está afetando em nada os direitos humanos, que é um tratamento de respeito, a pessoa cometeu um crime, a gente pode impor isso numa cultura nossa muito envolvida aos direitos humanos.

Então, eu queria deixar só... eu não vou falar que eles estão corretos, eu discuto muito, mas adoro a forma, eu respeito muito o DEPEN, e eles nunca foram fechados a uma discussão. Sou contra o conceito, como quando eles quiseram calcular o preço do homem na penitenciária federal falaram que gastaram 1 milhão e 700 mil reais em 8 meses para 225 presos. Aí eu perguntei: *“Quantos agentes federais tem a cadeia?”* Ele falou: *“Duzentos e poucos”*. *“Quantos presos?”* *“Cem.”* *“Quanto ganha cada um?”* *“Quase 5 mil.”* Então esse valor não foi embutido. Se tem quase 2 carcereiros por preso na unidade federal, 6 vezes 2, 12 mil; então, cada um já está custando 12 mil reais por mês para mim, porque estão pagando 2 para cuidar dele, fora água, luz, telefone, tudo.

Eu gostaria muito que a gente fizesse uma visita, não precisa nem ser aqui, ao DEPEN, para que eles falassem quais são as maiores críticas, e um visita sem nenhuma influência política, porque tenho certeza de que uma visão maior deles do País é difícil a gente encontrar. É diferente dessas pessoas que estamos tendo conhecimento e chamando. Elas escrevem um livro em cima da experiência de vida delas, todo mundo escreve da própria experiência, mas o DEPEN, a função dele, que está na LEP, é fazer visitas periódicas em todo o sistema do País. E eu esqueci de perguntar naquele dia para o Dr. Maurício se ele está fazendo essa visita e cadê os relatórios de acordo com a LEP.



A maior vitória nossa, Domingos Dutra, será se a gente conseguir fazer cumprir a LEP, mas fazer da LEP como hoje se tem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, fazer pelo menos que seja o orientador, fazer que tenha um projeto arquitetônico básico para o País, para o sistema penitenciário, uma licitação básica, a fim de que não haja corrupção nas licitações, o modelo básico de segurança para que não entrem os celulares. Essa será a maior vitória do nosso País. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu só queria pedir a atenção do Sr. Relator. Eu devo, na semana que vem, apresentar o relatório da proposta de emenda constitucional do poder de polícia do agente penitenciário.

Então, eu queria que o Relator apresentasse uma sugestão, um subsídio, para que eu pudesse incorporar ao meu relatório. Depois não será mais possível. Até a semana que vem, para colaborar com a nossa CPI e corroborar o trabalho dentro do relatório, gostaria de contar com os subsídios e as sugestões do nobre Relator da nossa CPI.

Era essa a minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Obrigado.

Deputada Cida Diogo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir o Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, primeiro agradecemos ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, que oferece à Comissão a oportunidade de contribuir com esta PEC. Estivemos no DEPEN, ouvimos aqui, de viva voz, que o DEPEN tem algumas restrições. O que sugiro à Assessoria é que a gente possa sintetizar as sugestões que já foram...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, tem um celular em alguma mesa tocando.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Que a Assessoria possa extrair aquilo que já colhemos de sugestões. E todos os Parlamentares que tiverem sugestões mandem até terça-feira essas contribuições, para podermos encaminhar à relatoria da PEC a que fez referência o Deputado Arnaldo Faria de Sá. Mas



agradecemos, até porque esse é um tema complexo, tem divergência inclusive no próprio Governo.

A Comissão recebe com carinho a oferta do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputada Cida Diogo.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Eu também queria dizer que o DEPEN tem restrições. Eu tenho uma série de restrições. Acho que é uma questão bastante complicada e complexa, e esta CPI vai ter que discutir com muita seriedade essa questão.

Eu tinha me inscrito muito mais para comentar o que o William Woo disse, porque me preocupa muito quando a gente começa a enveredar para uma discussão na CPI na lógica apenas de ficar levantando a necessidade de quantas vagas, mais 200 mil vagas em presídios. Como é que a gente trabalha numa perspectiva de que agora, de repente, a CPI vai começar a trabalhar apontando proposta de que vamos encher de presídios o País e está resolvida a questão.

Precisamos ter bastante cuidado. Na audiência pública em que o DEPEN esteve presente, apontou-se uma série de questões que não são apenas em relação à ausência de vagas. Está faltando vaga em presídio? Está. Agora, acho que muitas dessas vagas poderiam estar sendo resolvidas com medidas alternativas. Não precisaríamos avançar apenas na lógica de ficar gastando dinheiro com construção de novos presídios, e aí vamos começar a propagar presídio pelo País afora, cobrando do Judiciário mais agilidade. Muita gente que já poderia estar fora da prisão e não está é porque o Judiciário não resolve essa questão.

Devemos tomar muito cuidado, porque se enveredarmos pela lógica de achar agora que esta CPI vai trabalhar só com a questão de sair daqui propondo que tem que construir um presídio em cada cidade do País e vamos resolver o problema, não vamos.

Fico muito preocupada com isso. Por mais que se questione a proposta de se trazer personalidades que estão fora do sistema prisional, mas que têm olhado do lado de fora, seja através da atuação como profissional de saúde, como pessoa ligada à arte, à literatura, eu acho que tudo isso contribui para a gente pensar num sistema que seja completo e não seja focado apenas na lógica de vaga prisional e ponto, entendeu?



Esta CPI tem de fazer essa discussão na sua complexidade, que é vendo todos esses aspectos, para que a gente saia daqui, no final dos trabalhos da CPI, com propostas, na minha avaliação, inclusive, bem arrojadas, na perspectiva de a gente mexer com esse sistema e não ficar com essa mesmice de que é só ficar construindo presídios que vai resolver o problema.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Deputada, concede-me um aparte? Só a questão das vagas. Quando falei das vagas, não disse que sou contrário a penas alternativas, para deixar bem claro. Quando alguém vem aqui e cita o exemplo de presídio que tem 4 mil pessoas, é porque não foi construído um presídio para 4 mil, o presídio é construído para 800. De qualquer forma, como vamos tratar dos 3.200 que estão lá a mais? Vamos ter que construir presídio, isso é muito claro.

E não é só isso. Sou a favor que a pessoa fique menos tempo presa do que mais, porque chega um momento, depois que ela sentiu que foi punida, que começa a se socializar com o mundo do crime, a faculdade do crime; ela se acostuma àquela vivência com criminosos. Mas hoje, quando a gente visita o sistema, primeiro vemos que não é aplicada a LEP — tem gente que já cumpriu a pena e não consegue sair; tem gente que não tem direito a penas alternativas, a que sou totalmente favorável. Sou favorável cada vez mais a que a pessoa cumpra a pena para sentir que é punida, não que ela fique eternamente na cadeia.

Mas não podemos esquecer que temos 300 mil mandados de busca em aberto no País e não há vagas, e a pessoa não merece pena alternativa. Dou um exemplo claro: o promotor Igor, de São Paulo, levando a esposa, quando a esposa falou que o filho não era dele, ele a matou; identificou-se, todo mundo sabe que foi ele, é uma das pessoas mais procuradas no País. Se ele for preso não há vaga, vamos superlotar; e ele não merece uma pena alternativa, como é o caso dele, de latrocínio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputada Iriny Lopes.

A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES - Sr. Presidente, demais membros da Comissão, entrando um pouco nesse debate, com a experiência e o conhecimento que conseguimos acumular, ao longo de muitos anos acompanhando as populações carcerárias, esta CPI deve fazer uma discussão com o Judiciário brasileiro no sentido de adotar uma nova metodologia.



Essa metodologia deve ser implantada de forma permanente no sistema de maneira a identificar quantas pessoas hoje estão ali e já deveriam ter saído; quantas já deveriam ter saído pelo fato de terem cumprido a sentença; quantas estão lá sem sentença, que não se sabe. Temos conhecimento de pessoas que estão detidas já há algum tempo e não sabem nem onde está o processo muito menos se seriam condenadas. Isso, além de ser um problema de violação do direito individual daquela pessoa, acarreta para o Poder Público uma resposta à demanda de vagas e de qualidade das vagas.

Quer dizer, fazer masmorra é tranquilo. Você bota lá um tijolinho em cima do outro; enfia um monte de presos lá dentro, e vamos formar pessoas que se afastam, definitivamente, de qualquer procedimento humano. A barbarização chega a pontos inimagináveis quando a pessoa é violada em todos os seus direitos. Ela está ali e não sabe quando vai sair; não sabe se foi condenada, porque não foi julgada; outros já têm certeza de que já cumpriram a pena, não têm a menor noção de quando vão sair também, em péssimas condições de saúde.

Hoje, em qualquer penitenciária do Brasil, eu não tenho o menor medo de afirmar, o problema de tuberculose na população carcerária junto com a AIDS já é uma epidemia pelas condições de insalubridade ali existentes.

São violentados pelo Estado e violentados pelos demais presos, em especial aqueles que são membros de organizações criminosas.

Dentro do sistema, não há nenhum planejamento para separar os apenados em função do delito. Assim, todo mundo está junto: quem roubou uma galinha e quem assaltou um banco; quem teve uma briga num bar e quem matou uma pessoa próxima, na própria família. Ali, temos menores que, em tese, seriam mais fáceis de serem ressocializados. No entanto, eles pulam o 2º grau e já vão para a pós-graduação do crime dentro da estrutura carcerária brasileira.

Um diálogo franco, bem pautado, consistente, qualificado com o Judiciário brasileiro, se esta CPI conseguir fazer isso terá dado um passo definitivo para humanizar o processo. Primeiro, reconhecer e não abrir mão, porque não queremos trabalhar para a impunidade. Não há sociedade que se sustente em torno da impunidade. Então, reconhecer os crimes; fazer com que a lei seja cumprida, mas dar condições àquelas pessoas para voltar ao seio da sociedade em condições de



se ressocializar; separá-las daqueles outros que vão brutalizá-las tanto quanto o Estado brutaliza.

Então, se nós conseguirmos fazer isso, vai cair o custo de manutenção dos que ali já estão; vai reduzir o custo para o acolhimento dos que chegarão, e teremos condição de implementar novas culturas tanto de disciplina quanto de preparação das pessoas que vão voltar para o seio da sociedade.

Quantos analfabetos há nos presídios brasileiros?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O DEPEN já está com esse levantamento.

A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES - Então, assim, vamos trabalhar. Tudo isso vai fazer cair o custo. A Lei de Execuções Penais fica mais fácil de ser acompanhada e a população se sentirá, com certeza, muito mais resguardada.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Deputada Iriny, permite-me um aparte?

A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Só para ampliar essa reflexão de V.Exa. Além do Poder Judiciário, temos de incluir o Ministério Público, que também não visita as cadeias, descumprindo a LEP; temos de envolver a Defensoria Pública que, na maioria dos Estados, os Governos não têm, e, às vezes, quando têm, fazem de conta — são 30 defensores públicos para cuidar da sociedade inteira; e envolver também os agentes penitenciários e outros que trabalham no sistema, que também têm uma visão muito distorcida.

Portanto, é preciso juntar o Ministério Público. Porque já está prevista uma audiência com a AMB — Associação dos Magistrados Brasileiros, com o representante do Ministério Público. Se o Ministério Público tivesse ido 1 vez por mês em Ponte Nova, ele ia detectar a superlotação — menores, mulheres, albergados, presos transitórios, sentenciados, todos no mesmo espaço. E foi o que foi dito aqui na audiência. Depois de 23 anos da LEP, ela está, praticamente, quase virgem; porque ela é, simplesmente, descumprida.

Portanto, é muito oportuna a intervenção de V.Exa. Só quero ampliar para incluir esses 2 outros sujeitos.



A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES - Acho que é isso mesmo que devemos fazer. Se nós conseguirmos dar essa contribuição ao País — uma contribuição que não é momentânea; ela é estruturante para um novo modelo de sistema penitenciário —, ela pode ajudar muito o País de médio e longo prazo num novo modelo de gestão, numa nova concepção. Se esta CPI conseguir dar essa contribuição, com certeza...

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Deputada, só um aparte.

O DEPEN fez o mapa de todos os Estados — analfabetos, quem está trabalhando etc. Quando fecham as informações, não dá 100%. Não é muito confiável, mas, pelo menos, é uma referência.

Quero pedir ao Presidente e ao nosso Relator que imprimam essas informações, Estado por Estado, para todos os membros da Comissão.

Por isso, eles passaram, na outra reunião, esses dados, porque é um relato do que eles têm de informação. É engraçado que, quando você soma os índices, não dá 100%. Então, a informação não é mais tão verídica. Mas é uma referência para todos nós. Eu pediria isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Solicito à Secretaria desta Comissão que providencie cópias do relatório detalhado, enviado pelo DEPEN, sobre a situação dos presos no sistema prisional brasileiro. Foi entregue o relatório. No relatório, há todas essas informações.

Solicito à Secretaria que distribua cópias desse relatório para todos os Parlamentares membros desta Comissão.

Não havendo mais nada a ser tratado, declaro encerrados os trabalhos desta Comissão, agradecendo a todos a presença. E lamentando que a única LEP que está dando certo no Brasil até agora é a leptospirose, que tem matado muita gente.